



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Comissões

- Legislação, Justiça e Redação
 Finanças e Orçamento
 Obras, Serviços Públicos, Assuntos Rurais,
Ecologia e Meio Ambiente
 Educação, Cultura, Turismo e Esportes
 Saúde e Assistência Social
 Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania,
Segurança Pública e Direitos da Mulher
 Indústria, Comércio Exterior, Empresas de Ciência,
Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo
 Vereadores Procuradoria Jurídica

Data: 07/05/19

Quirina

PROJETO Nº / 2019

Dispõe sobre a remissão de créditos tributários do Município de Pindamonhangaba e dá outras providências.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 51/2019

Autor: PREFEITO MUNICIPAL

Ementa: DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROTOCOLO GERAL Nº 1491/2019

Data: 03/05/2019 - Horário: 16:52

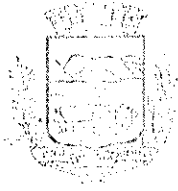


Dr. Isael Domingues, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a remitir multas e juros de mora aos contribuintes que possuam débitos tributários com o Município, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, condicionados aos requisitos da presente lei.

§ 1º A remissão, no caso de débitos em execução fiscal, havendo o parcelamento, suspenderá o prosseguimento da ação até sua quitação integral.

§ 2º O parcelamento/acordo nos termos desta lei implica de pleno direito, quando for o caso, em lançamento, concordância, confissão de dívida e inscrição de crédito em Dívida Ativa, bem como em desistência por parte do sujeito passivo, de quaisquer ações anulatórias de débito fiscal, declaratórias de inexistência de relação jurídico-tributária, mandados de seguranças que visem anular lançamentos ou desconstituir créditos, exceções de pré-executividade e embargos à execução fiscal, além de quaisquer outras ações judiciais, remédios constitucionais ou medidas judiciais ou



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

extrajudiciais que visem o não pagamento dos créditos inseridos no parcelamento/acordo da remissão.

Art. 2º Dos valores correspondentes às multas e juros de mora, será deduzida a quantia de até 90% (noventa por cento) referente à remissão concedida, observadas as decisões proferidas em eventuais processos administrativos de cancelamento de inscrições de créditos em Dívida Ativa e de anulação de lançamentos por vícios formais, sendo que o valor da dívida resultante poderá ser parcelado em até 08 (oito) vezes, respeitando o valor mínimo de 01 (uma) UFMP e nas seguintes proporções e condições abaixo:

	Condições	Solicitação
I	90% de remissão para pagamento à vista;	Até 31/08/2019
II	80% de remissão para pagamento em até 5 (cinco) parcelas;	Até 31/08/2019
III	70% de remissão para pagamento em 6 (seis) parcelas;	Até 31/07/2019
IV	60% de remissão para pagamento em 7 (sete) parcelas;	Até 28/06/2019
V	50% de remissão para pagamento em 8 (oito) parcelas;	Até 31/05/2019

§1º O não recolhimento da parcela única (para casos de pagamento à vista) firmada nos termos deste artigo acarretará no cancelamento automático da remissão de 90% de multa e juros prevista no inciso I acima, podendo o contribuinte, neste caso, requerer somente mais uma vez novo benefício com base nesta lei, desde que para pagamento parcelado do valor total de seu débito, na forma do inciso II ao inciso V deste artigo.

§ 2º O não recolhimento da primeira parcela (para casos de pagamento parcelado) firmada nos termos deste artigo acarretará no cancelamento automático do parcelamento e na perda do direito a novo parcelamento nos termos desta Lei.

§ 3º A falta de pagamento de duas parcelas, vencidas, consecutivas ou não, também implicará no cancelamento automático do parcelamento e na perda do direito a novo parcelamento nos termos desta lei.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

Art. 3º A remissão de que trata a presente lei poderá ser concedida para pagamento em sua totalidade ou por exercício, desde que os débitos estejam inscritos em dívida ativa.

§1º. No caso de pagamento por exercício(s) só será admitido pagamento à vista (inciso I do art. 2º desta Lei).

§2º. Enquanto não optar por uma das possibilidades dos incisos II a V do art. 2º desta Lei (pagamento parcelado), observados os prazos previstos no mesmo artigo, o contribuinte ainda poderá se valer da opção do inciso I (pagamento à vista) por mais de uma vez, para pagamento por exercício(s), desde que tenha adimplido o(s) pagamento(s) à vista decorrente(s) de opção pelo inciso I do art. 2º desta Lei (pagamentos à vista anteriores), observado o prazo limite de 31/08/2019.

Art. 4º Para requerer a remissão sobre multas e juros de mora dos seus débitos o Contribuinte, na data do requerimento, deverá estar em dia com o pagamento dos tributos municipais referentes ao exercício de 2019 e também estar com seu cadastro imobiliário e mobiliário devidamente atualizados.

§ 1º Na hipótese de ser constatada a defasagem das informações do cadastro imobiliário e mobiliário do Contribuinte, o Município poderá exigir sua atualização antes de proceder ao recebimento do requerimento de remissão previsto nesta lei.

§ 2º Somente será beneficiado pela remissão estabelecida por esta lei o Contribuinte que requerer expressamente, mediante processo administrativo de acordo de pagamento dos débitos à vista ou em parcelas, desde que apresentados os documentos necessários e atendidos os requisitos para formalização do acordo.

Art. 5º O benefício de que trata o art. 1º desta lei será extensivo aos contribuintes com parcelamentos pendentes e ainda não liquidados, considerando-se as parcelas já pagas como quitação parcial, sem direito a qualquer restituição, cancelando-se o parcelamento pendente e somente sendo beneficiado sobre o restante das multas e juros de mora de seu débito, o qual será atualizado até a data do novo acordo.

Art. 6º Respeitando o estabelecido no art. 2º desta lei, da segunda parcela em diante, o não pagamento até a data do vencimento, sofrerá acréscimos de multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração do mês, após o vencimento.



MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA

§ 1º No caso de perda do direito a remissão e ao parcelamento, o crédito retornará ao seu valor original acrescido de atualização monetária, multa e juros de mora, deduzindo-se exclusivamente o valor nominal pago.

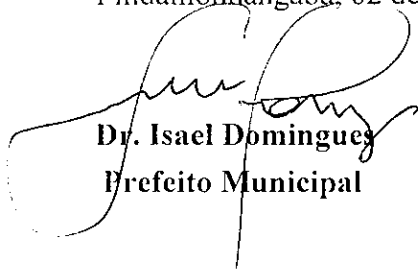
§ 2º No caso previsto no § 1º deste artigo, o pagamento realizado imputa-se em sua proporção realizada, nos juros vencidos, na correção monetária, multa e no principal, obedecida a regra prescrita no art. 163 do Código Tributário Nacional.

Art. 7º O prazo para o contribuinte requerer expressamente os benefícios desta lei inicia-se a partir de sua vigência e encerra-se em 31 de agosto de 2019.

Art. 8º Esta lei não abrangerá as multas provenientes de autos de infração ou de qualquer outra penalidade por infringências à legislação municipal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em 05 (cinco) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 02 de maio de 2019.



Dr. Isael Domingues
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

MENSAGEM Nº 020 / 2019

Dispõe sobre a remissão de créditos tributários do Município de Pindamonhangaba e dá outras providências.

**Exmo. Sr.
Vereador Felipe Francisco César Costa
Presidente da Câmara de Vereadores de
Pindamonhangaba/SP.**

Senhor Presidente,

Encaminhamos a essa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a remissão de créditos tributários do Município de Pindamonhangaba e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa à recuperação do crédito tributário, bem como o acertamento da Dívida Ativa e proporcionar ao contribuinte uma forma facilitada de pagamento de seus tributos principais, aumentando a arrecadação para que os valores arrecadados possam ser utilizados principalmente nas áreas de saúde e educação.

Portanto, Senhores Vereadores, por se tratar de matéria de extrema relevância, que versa sobre área prioritária de dívida ativa e arrecadação, é fundamental a aprovação do presente projeto, e para isso invocamos o art. 44 da Lei Orgânica Municipal, adotando-se caráter de urgência, a fim de que a questão seja apreciada por esta Nobre Casa de Leis no menor prazo possível.

No ensejo, reiteramos a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração, homenagem que peço seja extensiva a todos os Nobres Vereadores que integram essa Casa de Leis.

Pindamonhangaba, 02 de maio de 2019.


**Dr. Isael Domingues
Prefeito Municipal**

Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro

Cálculo elaborado em conformidade com o Inciso I, Artigo 14 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 - LRF

Histórico da Anistia de Multas e Juros			
Última Lei de Anistia de Multa/Juros/Honorários realizada em 2017 - Lei 6.010/2017			
Principal (Corrigido) da Dívida Ativa Efetivamente Recebida	69	A	R\$ 7.132.494,11
Multas	2		R\$ 197.304,86
Juros	29		R\$ 3.003.288,97
	100		R\$ 10.333.087,94
(-) Anistia de 90% em Multa/Juros			R\$ 2.880.534,45
(=) Líquido de Multa/Juros		B	R\$ 320.059,38
(=) Resultado Final Decorrente da Anistia Efetivamente Recebido no exercício de 2017		A+B	R\$ 7.772.612,88

Estudo do Impacto para Anistiar Multas e Juros no exercício de 2019

Considerando o estoque da Dívida Ativa em abril/2019, no valor de R\$ 114.442.059,01, temos que 30% desse montante, represente o valor estimado de multas e juros, de R\$ 34.332.617,70.

A participação dos contribuintes na última anistia-2017, foi 2.570 pessoas, que buscaram quitar o débito que representou aproximadamente em 6% , do montante anistiado.

Dessa informação abstrai-se que o valor estimado da renúncia teria um resultado aproximado de R\$ 3.500.000,00, valor que representa 10% do total das multas e juros.

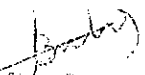
Esse valor se enquadra no demonstrativo da LDO- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, demonstrativo 7 (LRF,art. 4º, 2º, inciso V).

Estimativa do Impacto no Exercício, considerando o Projeto de Lei de Anistia para 2019

Financeiro-Estimado:				
Principal (Corrigido) da D.Ativa - Estimado	76%	A	R\$ 11.444.205,00	
Multa/Juros sobre a D.Ativa - Estimado	24%		R\$ 3.547.703,55	
	100%		R\$ 14.991.908,55	
(-) Anistia Multas e Juros			R\$ 3.433.261,77	
Líquido de Multa/Juros		B	R\$ 114.441,78	
(=) Resultado Estimado com Anistia		A+B	R\$ 11.673.088,56	

Estimativa da aumento da arrecadação c/anistia em comparação ao exercício anterior: R\$ 3.900.475,68

Orçamentário-Estimado:	Renúncia da Receita Prevista conf. LDO - Lei 6.145/2018 - Demonstrativo 7 -LRF, art. 4º, §2º, inciso V		
Exercício de 2019			R\$ 7.000.000,00
Dentro do Valor Previsto	Impacto %	49%	R\$ 3.433.261,77
Exercício de 2020			R\$ 7.000.000,00
Dentro do Valor Previsto	Impacto %	0	R\$ -
Exercício de 2021			R\$ 7.000.000,00
Dentro do Valor Previsto	Impacto %	0	R\$ -


 Valdeir Estino Berroga
 Secretário de Planejamento e Orçamento
 Prefeitura de Pinheiro Preto



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA - SP

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais

Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Exercício de 2019

Tributo	Modalidade	Setores/Programas/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista		Compensação
			2019	2020	
Demais Tributos	Municipal	Empresas em Geral	300.000,00	300.000,00	Anistia elevando arrecadação e redução na despesa
IP/TU/Dívida Ativa (isenções e remissões)	Municipal	População em Geral	4.200.000,00	4.200.000,00	Atualização Cadastro, nova PCV, Anistia elevando arrecadação e redução na despesa
ISS/Dívida Ativa	Municipal	Empresas em Geral	2.500.000,00	2.500.000,00	Atualização da legislação do ISSQN, Anistia elevando arrecadação e redução na despesa
Total			7.000.000,00	7.000.000,00	

R\$ 1,00

Fonte: SFO